

A DIVERSIDADE URBANO RURAL DA HABITAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ:

desigualdades e precariedade da moradia

Aline Tarcila de Oliveira Lima¹

Walkiria Maria Sousa da Silva²

Maria Gabriela de Andrade de Sena³

RESUMO

O artigo objetiva analisar a diversidade urbano rural presente nas formas de morar paraense, considerando a precariedade habitacional como expressão regional da questão social. A pesquisa apoia-se na teoria social de Marx, com metodologia baseada em levantamento bibliográfico a partir de autores que desenvolvem estudos considerando categorias fundamentais, como: trabalho, habitação, classe social e produção capitalista do espaço urbano.

Palavras-chave: Diversidade Urbano Rural. Precariedade Habitacional. Amazônia.

ABSTRACT

The article aims to analyze the urban-rural diversity present in the ways of living in Pará, considering the housing precariousness as a regional expression of the social issue. The research is based on Marx's social theory, with a methodology based on a bibliographic survey based on authors who develop studies considering fundamental categories, such as: work, housing, social class and capitalist production of urban space.

Keywords: Rural Urban Diversity. Housing Precariousness. Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A produção dos espaços nas cidades, sejam urbanos ou rurais, está direcionada às necessidades do lucro, como resposta às necessidades do capital, o qual mantém a estrutura de classes e a correlação de força entre capital/trabalho, o primeiro se sobrepondo ao segundo, o que será determinante para o debate em torno das desigualdades socioespaciais, inclusive, será um dos determinantes para análise das expressões da questão social, uma vez que “os operários nada possuem e vivem de seu salário, que, maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana”

¹ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: alinetarcila@gmail.com

² Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: kiria_maria@yahoo.com.br

³ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: mariagabriela.andradesena@hotmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

(ENGELS, 2010, p. 115), ficam, portanto, à mercê da própria sorte, pois o modo de produção capitalista não lhes oferece os meios para que sobrevivam de forma digna.

Nessa direção, a disputa pela terra e seus recursos está diretamente relacionada à questão da habitação, uma vez que, o embate entre capital/trabalho se expressa na cidade e em todas as dimensões da vida social (FARAGE, 2014). Partindo dessa compreensão, o objetivo central deste trabalho é analisar a diversidade urbano rural da moradia no Estado do Pará. Para o alcance do objetivo, a pesquisa apoiou-se na teoria social de Karl Marx, com ênfase em categorias fundamentais como trabalho, classe social e habitação. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão da literatura e levantamento de dados secundários, por meio de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Ministério das Cidades (Mcidades). No levantamento bibliográfico, foram priorizados autores que discutem a produção do espaço urbano a partir da dinâmica capitalista que transforma a habitação em mercadoria, impacta os trabalhadores, considerando que o salário não inclui o custo da habitação, e desta forma, a população que vive do trabalho, constroem estratégias de moradias por meio de autoconstrução e em áreas de degradação ambiental.

No primeiro momento, a proposta do artigo discute os efeitos da crise contemporânea do capital, cuja ofensiva neoliberal se acirra ao revogar direitos sociais e avança em um projeto de destruição das políticas sociais por meio do ajuste fiscal e do desfinanciamento das mesmas. Em seguida discute-se sobre a diversidade urbano rural da moradia no Estado do Pará, cuja reflexão considera a historicidade, a diversidade e as particularidades do modo de morar na Amazônia. O terceiro momento é referente a precariedade habitacional no Estado do Pará e os rebatimentos frente às necessidades habitacionais do Estado. Por fim, tem-se as considerações finais.

2 DESAFIOS PARA ALCANÇAR O DIREITO À CIDADE FRENTE O AJUSTE FISCAL E CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

PROMOÇÃO



APOIO



Marx e Engels (2007), na obra *A ideologia alemã*, afirmam que o primeiro pressuposto de toda existência humana e da história, é a necessidade que os homens precisam estar em condições de viver para fazerem história,

Mas para viver é preciso antes de mais nada comer e beber, **morar**, vestir, e ainda algumas coisas mais. O primeiro ato histórico e, portanto, engendrar os meios para a satisfação dessas necessidades, produzir a vida material mesma, e isto é um ato histórico, uma condição básica de toda a história que ainda hoje, como há milênios, precisa ser preenchida a cada dia e a cada hora tão-somente para manter os homens vivos (p.194, grifo nosso).

Nesse sentido, o direito à moradia se constitui enquanto uma necessidade básica do ser humano, uma exigência para que se garanta a reprodução social dos indivíduos. No entanto, no modo de produção capitalista, é necessário comprar ou alugar o acesso ao solo, tornando o direito à cidade inacessível à maioria dos trabalhadores de menor renda. As políticas sociais, especificamente as urbanas, podem garantir este suporte, entretanto, com a mercantilização e o ajuste fiscal presentes no Brasil há a transformação dos serviços públicos em privados, obrigando os trabalhadores por meio dos seus salários a buscarem no mercado o atendimento da necessidade da moradia, embora seja um direito garantido constitucionalmente.

A cidade, portanto, é o local privilegiado da reprodução da força de trabalho, os gastos com a moradia, a energia, a água, o transporte, o abastecimento, a educação, a saúde e o lazer não se resolvem individualmente. Nesse sentido, a reprodução da população que compõe a força de trabalho ocorre de modo coletivo ou ampliado, e depende do Estado. A reprodução ampliada da força de trabalho não depende apenas da taxa de salário, mas também de políticas sociais, parte das quais são especificamente urbanas, que constituem um salário indireto (MARICATO, 2015).

Dessa forma, o Estado atua enquanto agente ordenador do espaço, dado que “a existência da cidade implica ao mesmo tempo a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária, e, portanto, da política em geral” (MARX e ENGELS, 1988, p. 55). Entretanto, há enorme disputa em torno dos investimentos públicos, onde diversos sujeitos políticos, econômicos e sociais se apropriam destes recursos para reestruturar a rede urbana, em um projeto distante da concepção do direito à cidade.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A reestruturação produtiva gerou impactos sobre o território, e os ajustes realizados pelo ideário neoliberal enfraqueceu os investimentos em políticas sociais, entre elas, as políticas urbanas estruturadoras como transporte, habitação e saneamento (MARICATO, 2015). Assim, a agenda neoliberal conservadora brasileira é construída pela redução do investimento do Estado nas políticas sociais, e as medidas de austeridade fiscal se concentram nos gastos sociais, não incidindo sobre as taxações das elites financeiras. Assim, o discurso da austeridade justifica a redução ou cessação do investimento de recursos públicos e, além de não enfrentar a desigualdade social, mobiliza o falso debate da necessidade de reduzir a intervenção estatal nas políticas sociais. Essa lógica afeta diretamente as políticas urbanas e de habitação devido à redução de recursos federais.

O relatório do IPEA (2014) destaca que a restrição financeira representa sério limite para o avanço das políticas de desenvolvimento urbano e habitacional, pois não há desenvolvimento num contexto de restrição ao investimento público, especialmente no Brasil, em que a produção de infraestrutura não possui grande tradição em investimentos, logo “sem o investimento público, o crescimento econômico é insuficiente para promover o desenvolvimento social e, portanto, para promover o desenvolvimento urbano” (IPEA, 2014, p. 19).

As políticas de ajuste fiscal, resultam na retração de investimentos públicos diretos para a política de desenvolvimento urbano, assim como a capacidade de endividamento de estados e municípios, o que gera o contingenciamento de recursos destinados ao financiamento do setor público. Dessa forma, as Políticas Urbana e Habitacional sofrem impactos significativos, como por exemplo o desfinanciamento contínuo da agenda habitacional no país e a extinção do Ministério das Cidades no período de 2019 a 2023, bem como os mecanismos de gestão, os Conselhos e Conferências das Cidades.

Nesta perspectiva, Santos Jr., Diniz e Saule Jr. (2020) argumentam que a questão do financiamento e o acesso desigual a investimentos públicos é um gargalo na aplicação de instrumentos das políticas públicas urbanas. Os autores apontam recentes medidas de desmonte das políticas e estruturas estatais de bem-estar regional e urbano, como a Medida Provisória nº 759/16 que altera a política nacional

PROMOÇÃO



APOIO

de regularização fundiária e objetiva destruir o paradigma da regularização fundiária nacional.

Esta medida encontra força na proposta de Emenda Constitucional nº 80/2019, que prevê alteração aos artigos 182 e 183 (dispõe sobre a função social da propriedade urbana e rural), para impor um padrão individualista da propriedade, em que pese o fato de a Emenda condicionar a desapropriação da propriedade urbana e rural à prévia autorização do poder legislativo ou de decisão judicial, com indenização da propriedade em consonância com o valor de mercado (SANTOS JR; DINIZ; SAULE JR, 2020).

Convergindo com o argumento anterior, Behring (2018, p. 16), destaca que a Emenda Constitucional 95¹ se materializa com impactos prejudiciais à sociedade brasileira, a autora aponta a involução do financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), neste país de enorme déficit habitacional: 2015, 20,7 bilhões; 2016, 7,9 bilhões; 2017, 1,8 bilhões. Essa tendência de queda da alocação de recursos na política habitacional e demais políticas sociais são acompanhadas do aumento na alocação de recursos para o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, sem uma ampla e transparente auditoria pública.

O PMCMV a partir de 2019 passou a operar basicamente com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e havia indícios de que o Ministério da Economia tinha novos planos para a utilização desse recurso, inclusive com a possibilidade de utilizar o montante para o pagamento da dívida pública. Em função deste novo direcionamento, a manutenção do financiamento com recursos do FGTS para o PMCMV seria para famílias com maiores rendas, e em escala bastante inferior à que marcou o programa (SANTOS JR; DINIZ; SAULE JR; 2020). Sobre os recursos destinados para habitação, os autores sinalizam que, atualmente ocorre:

Um amplo desmonte da política habitacional, possivelmente retornando-se a um padrão de intervenção pública extremamente limitada, dependente do setor privado e com a habitação de interesse social fora da agenda prioritária de governo. Desta forma, temos à frente um período de agravamento das condições precárias de moradia e vulnerabilidade socioambiental, com maior cerceamento ao direito à moradia adequada (SANTOS JR, DINIZ E SAULE JR, 2020, p. 27).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS**XI** Jornada
Internacional
Políticas Públicas19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Tem-se, portanto, o desfinanciamento de políticas como expropriação que viabiliza uma ofensiva mais dura aos trabalhadores e impõe pressões, já que nas crises, os capitais superacumulados buscam novos nichos de valorização, com atuação direta do Estado, transformam os serviços públicos em mercadorias, o que justifica a série de contrarreformas que vem se realizando no Brasil.

Outro aspecto relevante acerca do desmonte das políticas sociais, refere-se às inflexões internacionais, promovidas pelas agências de fomento, resultam em ações governamentais que desconsideram as desigualdades e diversidades regionais, a distribuição populacional, a economia, a cultura, entre outros elementos singulares. Cardoso (2012, p. 40) identifica a utilização de metodologias de agências internacionais de financiamento, como o Banco Mundial, como limite aos avanços da política habitacional ao estabelecerem “boas práticas” para o território, que pensa o espaço de forma homogênea. Esse pensamento e prática se revela ainda mais grave quando se verifica estas metodologias sendo aplicadas em espaços urbanos tão heterogêneos, acirrando suas desigualdades regionais e intrarregionais, como exemplo da Amazônia, que apresenta especificidades, seja em sua formação histórica, econômica, cultural, nos modos de viver e/ou em suas necessidades urbanas e habitacionais.

Nesse contexto de crise do capital, se acirram as disputas pela destinação dos recursos públicos, e em uma sociedade capitalista, as políticas sociais se concretizam pela alocação de recursos, que pertencem aos trabalhadores e a eles deveriam retornar. No atual regime fiscal, são aprofundadas as estratégias de ajuste fiscal que intensificam os processos de expropriação (BEHRING, 2018).

2.1 A diversidade urbano rural da moradia no Pará

Para adentrar na discussão acerca da diversidade urbano rural presente na Amazônia brasileira, especificamente no Estado do Pará, é necessário voltar ao pensamento marxiano acerca da divisão entre a cidade e o campo no modo de produção capitalista, que define do mesmo modo a maior divisão do trabalho material e intelectual. Nesse contexto, o campo e a cidade passam a ocupar espaços de

PROMOÇÃO



APOIO



oposição, tal qual só pode existir no âmbito da propriedade privada (MARX, ENGELS, 2007).

Assim, o espaço urbano anuncia os instrumentos de produção, concentra a maior parte das necessidades e da população, em contrapartida o campo é concebido a partir da dispersão e do isolamento. Marx e Engels (2007) compreendem tal separação como a divisão entre o capital e a propriedade fundiária em que, sob tal perspectiva, o desenvolvimento do capital aparece como algo autônomo à propriedade em questão.

A diversidade territorial é tema importante na discussão sobre o urbano, considerando que ao pensar a sociedade, é preciso compreender as diferenças sociais brasileiras e a diferenciação do fenômeno urbano na escala nacional e regional, a partir de sua totalidade histórica bem como suas particularidades. Assim, as intervenções planejadas e executadas por meio de políticas urbanas e habitacionais precisam considerar as diversas formas de morar e as diferentes necessidades habitacionais, como por exemplo, as cidades amazônicas.

Segundo Nakano (2012, p. 67), “a apropriação dos solos amazônicos revela os mesmos padrões desiguais que caracterizam a urbanização de outras cidades induzida por forças dos mercados fundiários e imobiliários formais e informais”. Nesse sentido, as desigualdades sociais do acesso à terra presentes no Brasil adquirem um contorno específico no contexto amazônico ao considerar as práticas culturais que convivem tanto com atividades econômicas modernas quanto com os novos padrões de consumo das mercadorias industrializadas (NAKANO, 2012).

Nessa direção, Castro (2021), afirma que as cidades e vilas da Amazônia se revelam em tamanhos e perfis diversos, além disso são resultados de transformações diversas das áreas do entorno, da própria região em mutação, isso devido a dinâmica dos sujeitos que estão em constante movimento e em ritmos e direções diversas. Assim, pode-se dizer que essas cidades são diversas e multidimensionais, as quais estando perto ou distantes geograficamente de territórios rurais e de florestas, ainda assim seus efeitos são dinâmicos, pois a forma de produção do espaço urbano e a afirmação de hierarquias físico-espaciais são produto das relações sociais “marcadas

PROMOÇÃO



pelas diferenças de classe, de raça, de etnias e de gênero” (CASTRO, 2021, p. 15).

A autora reforça essa diversidade e dinamismo ao dizer que:

[...] as cidades amazônicas carregam culturas híbridas de origens diversas, incitando-nos a olhar para além do visível-representado, pois este esconde certamente muito do que é a essência dessas cidades vistas pelo ângulo dos sujeitos que fizeram a escrita da história e se inscrevem no presente [...] (CASTRO, 2021, p. 17).

A extensão do espaço amazônico possui uma urbanização reconhecida por diferenciações e particularidades, revelam diversidades territoriais e urbanas (TRINDADE JUNIOR, 2010). As reflexões sobre o urbano na Amazônia, exigem analisar suas múltiplas dimensões, a herança de processos históricos, culturais, ideológicos e sociais, que constituem uma heterogeneidade traduzida pelas diversas realidades vividas e pelos diferentes sujeitos sociais presentes nas cidades que participam da produção do espaço, que estão envolvidos na luta de classes advindas das contradições entre capital-trabalho, e expressam faces da questão social com maior rebatimento para a classe trabalhadora.

Corroborando com essa análise, Silva e Santana (2021) sinalizam que as dimensões urbano-rurais precisam ser apreendidas a partir de suas singularidades no Estado do Pará, pois no desafio urbano amazônico, como aponta Carvalho (2012, p. 159) “parte considerável da Amazônia deixa de ser retratada” nas informações produzidas pelos Estados e governo federal, os quais tomam como referência cidades onde estão localizados os centros urbanos e grandes empreendimentos. Todavia, compreende-se que a região possui uma sociedade urbano-rural cada vez mais complexa, múltipla e diversa que devem ser consideradas pelas políticas públicas.

Contudo, é importante demarcar os espaços urbano-rurais no Pará, em sua particularidade no processo de urbanização, refletem a trajetória do desenvolvimento urbano marcado por um perfil acelerado e desigual, o qual na atual conjuntura vem sendo implementado nos municípios paraenses em cenários de uma realidade urbana com vista na modernização conservadora, ou seja, um desenvolvimento tipicamente desigual, dependente e periférico do capitalismo no Brasil (CARDOSO, 2012).

Para Trindade Jr. (2010, p. 229), em se tratando de urbanização do território, deve-se considerar outras realidades para além da metropolização de espaços, pois,

PROMOÇÃO



APOIO





“há outras realidades, como a vastidão do espaço amazônico, em que a urbanização do território tende a ser assimilada com diferenciações e particularidades que também revelam diversidades territoriais e urbanas”.

Alinhado às particularidades locais e o processo de urbanização nas cidades da Amazônia, Trindade JR (2010) conceitua a urbanodiversidade como elemento importante, em que a diversidade apresenta-se como proposta para entender a particularidade regional e urbana da região amazônica, os tipos diferenciados de cidades, e como a discussão sobre essa realidade pode contribuir com o debate de agendas urbanas mais gerais, com políticas mais plurais direcionadas para as complexidades da diversidade urbana. Na proposição feita por Trindade Jr. (2010), sobre a urbanodiversidade, o autor reforça que:

Ainda que existam cidades onde predominem um ou outro padrão de urbanização, a urbanodiversidade é revelada não somente por diversos tipos de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem de um único processo, mas também por formas mistas de espaços que indicam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em face de processos de diferentes naturezas (TRINDADE JR, 2010, p. 235).

Reconhecer esses elementos como indispensáveis para pensar os processos imbricados entre as áreas urbanos-rurais é desenvolver políticas voltadas aos diferentes contextos e realidades da população local, no sentido de planejar, executar e acompanhar a produção de moradia digna condizentes com as especificidades regionais.

Portanto, isso significa que problematizar as questões sobre a moradia na perspectiva urbano-rural da Amazônia paraense, perpassa em apreender as contradições do modo de produção capitalista, presente nas relações e nos conflitos de classes (SILVA et al, 2018), de contribuir com as reflexões acerca da formulação e execução da política habitacional, e em direção da defesa dos direitos da classe trabalhadora pobre.

2.1.2 Precariedade habitacional no Estado do Pará

A formação da cidade capitalista, fundamentada em processos de dominação político-econômica, ordena uma “lógica formal” (MARICATO, 2013) às cidades para

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



garantir a reprodução e acumulação de capital no espaço urbano. Esta lógica irá configurar o planejamento nas cidades atribuindo algumas particularidades onde se tem o Estado como principal provedor de infraestruturas e serviços, definindo o uso e ocupação do solo, e que por meio de planos, atende a um processo de valorização seletiva de produção das cidades que excluem o acesso da classe trabalhadora ao mercado formal de habitação e na construção do direito à cidade.

As cidades na Amazônia também se inserem na lógica de produção e reprodução do capital, em que no processo dinâmico da relação capitalista, as cidades podem ser absorvidas ou não, de acordo com que cada lugar se especializa e pela sua capacidade de contribuir ao lucro das indústrias do capital. Desta forma, é imprescindível destacar que nesse processo há a relação de centralidade entre as cidades como elemento fundamental do espaço urbano.

As contradições inerentes a dinâmica do modo de produção capitalista conformam condições de precariedade habitacional para uma grande fração da classe trabalhadora, que possui baixos salários, não incluindo no custo da reprodução da força de trabalho, o custo necessário para comprar a mercadoria habitação, estabelecida pelo mercado privado (MARICATO, 2013). Desta forma, a classe trabalhadora, sem outra alternativa, produz suas moradias em assentamentos precários e/ou em áreas ambientalmente fragilizadas, com ausência de infraestruturas, serviços e equipamentos públicos e privados.

Nesse sentido, no Brasil, grande parte da população possui como alternativa habitacional condições precárias de moradia que expressam aspectos da segregação socioespacial e fragmentação das áreas urbanas, intensificando as desigualdades sociais. Segundo a nova Política Nacional de Habitação (PNH), a denominação assentamentos precários² refere-se a precariedade habitacional. Trata-se de uma categoria que identifica os assentamentos urbanos irregulares como aqueles ocupados por famílias de baixa renda e que apresentam ausência de infraestrutura, irregularidade no acesso à terra e a inadequação das habitações, o que implica na qualidade de vida da população e a degradação territorial e urbana das cidades (BRASIL, 2010).

PROMOÇÃO



APOIO

Assim, existe uma variedade de tipologias de assentamentos precários, que se caracterizam em diferentes graus de irregularidade e precariedade habitacional. Essa precariedade é constituída por diferentes carências e inadequações, como a irregularidade fundiária, ausência de infraestrutura de saneamento ambiental, localização dispersa em áreas ausentes dos serviços de transporte e equipamentos sociais, terrenos alagadiços e com riscos geotécnicos, insalubridade e deficiências construtivas (BRASIL, 2010).

Segundo Denaldi et al (2018) as intervenções nos assentamentos, relacionam-se com as dimensões física, social e fundiária dos assentamentos precários. Assim, a ação no município, tanto no curto a médio prazo, deve ser orientada pelas características do tecido da cidade e dos assentamentos precários, por meio do quadro geral das necessidades habitacionais no âmbito local. Entretanto, os estudos sobre a caracterização do tecido dos assentamentos precários no Brasil possuem números reduzidos (Denaldi et al, 2018), o que demonstra a necessidade de avançar sobre demais dinâmicas territoriais que se organizam a partir das condições de precariedade habitacional.

Nesse sentido, as intervenções urbanísticas devem ser desenvolvidas a partir da identificação das tipologias de assentamentos precários, definidos de acordo com as especificidades regionais e locais, o que infere a necessidade de caracterização mais precisa da realidade e diversidade dos municípios amazônicos, que oriente o planejamento das intervenções, a justa distribuição de recursos, a regularização fundiária e a inclusão socioespacial.

Nesse contexto, Sakatauskas (2015), ao analisar a precariedade da moradia no Estado do Pará, aponta que há um desafio urbano em implementar políticas que possam abranger as necessidades regionais e municipais da região Norte, marcadas pelo adensamento populacional baixo, irregularidades fundiárias e necessidade de investimento em transportes hidroviários, pois tanto os municípios localizados na urbana quanto rural “apresentam precariedade de infraestrutura com a presença marcante de domicílios rústicos, déficit habitacional e um número elevado de famílias que habitam em assentamentos precários” (SAKATAUSKAS, 2015, p. 168).

Em estudo mais recente Sakatauskas (2022), ao analisar as especificidades da precariedade habitacional em cidades ribeirinhas do Baixo Tocantins no Pará, identificou que precariedade habitacional e urbana é bastante expressiva e generalizada, pois há problemas significativos de infraestrutura urbana, principalmente referente à ausência de sistema de esgotamento sanitário, somadas a isso tem-se, ainda,

a produção informal da habitação; condições socioambientais precárias; lixo sempre presente; irregularidade fundiária; precariedade paisagística e arquitetônica; precariedade material; falta de políticas públicas para habitação para população de renda baixa; criminalidades locais (SAKATAUSKAS, 2020, p. 232).

Ademais, no caso do território amazônico, apesar das delimitações realizadas por diferentes estudos, ainda não é suficiente para abranger todas as especificidades, considerando as intervenções econômicas e políticas neste espaço, com forte exploração de recursos direcionados ao desenvolvimento da economia capitalista nacional e internacional, que resulta em intensos conflitos sociais: o urbano se constituiu guardando suas especificidades, culturais, linguísticas, modos de vida, no qual cada cidade na Amazônia pode resultar num urbano diferente (CASTRO, 2009).

Segundo Trindade Jr. (2022), a complexidade socioespacial da Amazônia exige reconhecer as particularidades urbanas e sua diversidade do ponto de vista da sua natureza (biodiversidade), da sociedade (sociodiversidade) como também as desiguais expressões da vida e das formas urbanas presentes na região (urbanodiversidade). Soma-se a isso, uma conjuntura com múltiplas crises, persistência das inflexões neoliberais que ameaçam o conjunto dos trabalhadores e degradam o meio ambiente, o que exige contra-argumentar no sentido de práticas compatíveis com a diversidade nos espaços urbanos e o abandono a intervenções homogeneizantes.

3 CONCLUSÃO

O direito à moradia, ainda que constitucionalmente assegurado como direito social, dispõe de um longo caminho para sua efetivação na realidade brasileira e amazônica, e os avanços relacionados a essa pauta foram alcançados historicamente por amplos processos de lutas sociais.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Os retrocessos implementados pela agenda neoliberal brasileira ameaçam a política habitacional num desenho democrático de gestão e reduz as possibilidades de atendimento aos objetivos da Habitação de Interesse Social. A apropriação dos fundos orçamentários para o pagamento da dívida pública, descontinua programas como o Minha Casa Minha Vida, e ainda, a redução dos investimentos se constituem como limite para a efetividade da política e atua no fortalecimento dos interesses de setores econômicos, ao se apropriarem dos recursos públicos nas diversas políticas sociais.

A Região Norte, na qual se insere parte da Amazônia, apresenta um dos piores índices do país acerca das condições habitacionais relacionadas aos direitos humanos essenciais, como o saneamento básico adequado. Com isso, às questões pertinentes à precariedade habitacional irão apresentar condições diferenciadas na diversidade urbano rural, requisitando respostas particulares às características regionais formadas na sua totalidade histórica. Nesse sentido, são necessárias medidas que além de atenderem a necessidade da moradia adequada, envolvam os processos sócio-históricos e econômicos dentro dos quais a Amazônia desenvolveu uma dinâmica específica no modo de produção capitalista.

As discussões propostas neste trabalho visam contribuir com reflexões acerca da diversidade urbano rural da habitação no Pará, frente às desigualdades e precariedade habitacional local e regional, em que as intervenções devem considerar as necessidades habitacionais a partir da realidade das populações, das demandas diferenciadas em função da moradia e do espaço urbano-rural, pois as especificidades da habitação exigem um modelo de urbanização que contemplem os espaço urbano-rurais e que valorize e reconheça a cultura, os costumes e o modo de morar de seus habitantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de habitação. Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010.

PROMOÇÃO



APOIO



BEHRING, ELAINE ROSSETTI. **Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização**. IN: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081>

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Cidade Capitalista e política urbana no Brasil do século XXI: como pensar a realidade periurbana? In: Joana Valente Santana; Anna Carolina Gomes Holanda; Aldebaran do Socorro Farias de Moura. (Org.). **A questão da habitação em municípios Periurbanos na Amazônia**. 1ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará - Edufpa, 2012, p. 29-52.

CASTRO, Edna Maria R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna Maria Ramos (Org.). **Cidades na Floresta**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2009. p.13-39.

_____. Cidades amazônicas: ícones do espaço-tempo (Prefácio). In: Trindade Júnior, Saint-Clair Cordeiro da. Vilas e Cidades da Amazônia: paisagens, memórias e pertencimentos. Belém, PA: Paka-Tatu, 2021.

DENALDI, Rosana. Et al. **Tecidos urbanos e a identificação de assentamentos precários na Região Metropolitana da Baixada Santista**. III URBFAVELAS. Salvador/BA 2018.

IPEA. Política nacional de desenvolvimento urbano, 2014. Disponível em: https://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/1PoliticaNacionalDesenvolvimentoUrbano.pdf. Acesso em: 14 de jan. de 2023.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1ª Edição – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Supervisão Editorial, Leandro Konde; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano, - São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, Aquilas; CARNUT, Leonardo. **Crise do capital, Estado e neofascismo: Bolsonaro, saúde pública e atenção primária**. Revista da SEP. Número 57 (set2020 - dez2020). Niterói-RJ, 2020.

NAKANO, Anderson Kazuo. Desenvolvimento Urbano e Territorial em Municípios Periurbanos: Diferenciações no Universo dos Municípios Brasileiros. **A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia** / Joana Valente Santana, Anna Carolina Gomes Holanda, Aldebaran do Socorro Farias de Moura (Orgs.). - Belém: ed. ufpa, 2012, p. 53-76.

SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes Bangoim. **Precariedade habitacional em pequenas cidades paraenses: análise a partir dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Belém, 2015.

SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes Bangoim. **Especificidades da precariedade habitacional na Amazônia ribeirinha: um olhar sobre a região do Baixo Tocantins.** Tese. Universidade do ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do território. Santo André- SP. 2020

SILVA, W. M. S. et al. **Habitação na Amazônia: dimensões do urbano e do rural no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).** In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, 2018, Vitória/ES. Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social. Vitória/ES: ABEPSS, 2018.

SILVA, W. M. S.; SANTANA, J. V. A **Produção da Moradia em Pequenos Municípios Paraenses: um estudo sobre o Programa Nacional de Habitação Rural.** *Revista Rural & Urbano.* Recife. v, 06 n. 01, p. 117 – 140, 2021.

SANTOS JUNIOR, Orlando; DINIZ, Tania; SAULE JUNIOR, Nelson. **Dossiê do desmonte da política urbana nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades.** Rio de Janeiro: IPPUR, 2020. Disponível em <https://www.observatorioidasmetrolopes.net.br/dossie-do-desmonte-da-politica-urbana-federal-nos-governos-temer-e-bolsonaro-e-seus-impactos-sobre-as-cidades>). Acesso em: 20 de maio de 2023.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **Diferenciação Territorial e Urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional.** *CIDADES: Revista Científica/Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 1, n. 1, 2004, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2010.*

_____. **Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo: reflexões a partir das cidades amazônicas. Urbanodiversidade: possibilidades e contradições [livro eletrônico] / organização Miguel Pacífico Filho et al 1. ed. - Palmas, TO: Editora da Universidade Federal de Tocantins – EDUFT, 2022.**

Notas

¹ Mendes e Carnut (2020, p.177) argumentam que a Emenda Constitucional (95) representa a demolição dos direitos sociais, que congela o gasto público primário em 20 anos. “Estas estão em associação com os interesses fascizantes de extermínio da classe trabalhadora com as propostas de contrarreformas aprovadas: a trabalhista, previdenciária e a administrativa, sem contar os reiterados ataques ao direito à educação, especialmente à educação superior pública.

² Os assentamentos precários englobam uma categoria de abrangência nacional. As tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação incluem os cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e os conjuntos habitacionais degradados (BRASIL, 2010).

PROMOÇÃO



APOIO